

14 copias
D3



COLEÇÃO
DOCUMENTOS BRASILEIROS

DIRIGIDA POR AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO

1

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

RAÍZES DO BRASIL

1936-1971

sexta edição - comemorativa
do
jubileu de coral

Prefácio
de
Antônio Cândido



LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA
em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO - MEC
RIO DE JANEIRO-1971

II TRABALHO & AVENTURA

PORTUGAL E A COLONIZAÇÃO DAS TERRAS TROPICAIS.—DOIS PRINCÍPIOS QUE REGULAM DIVERSAMENTE AS ATIVIDADES DOS HOMENS.—PLASTICIDADE SOCIAL DOS PORTUGUESES.—CIVILIZAÇÃO AGRÍCOLA?—CARENÇA DE ORGULHO RACIAL.—O LABÉU ASSOCIADO AOS TRABALHOS VIS.—ORGANIZAÇÃO DO ARTESANATO, SUA RELATIVA DEBILIDADE NA AMÉRICA PORTUGUESA.—INCAPACIDADE DE LIVRE E DURADOURA ASSOCIAÇÃO.—A "MORAL DAS SENZALAS" E SUA INFLUÊNCIA.—MATERIAL DA EXPERIÊNCIA HOLANDESA.

NOTA AO CAPÍTULO II:
PERSISTÊNCIA DA LATOURA DE TIPO
PEDAGÓGICO.

PIONEIROS da conquista do tró-pico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, sua maior missão histórica. E sem embargo de tudo quanto se possa alegar contra sua obra, forçoso é reconhecer que foram não somente os portadores efetivos como os portadores naturais dessa missão. Nenhum outro povo do Velho Mundo achou-se tão bem armado para se aventurar à exploração regular e intensa das terras próximas à linha equinocial, onde os homens depressa degeneram, segundo o conceito generalizado na era quinhentista, e onde—dizia um viajante francês do tempo—"la chaleur si véhémentement de l'air leur tire dehors la chaleur naturelle et la dissipe; et par ainsi sont chauds seulement par dehors et froids en dedans", ao contrário do que sucede aos outros, os habitantes das terras frias, os quais "ont la chaleur naturelle serrée et conservée dedans par le froid extérieur qui les rend ainsi robustes et vaillans, car la force et faculté de toutes les parties du corps dépend de cette naturelle chaleur".⁴

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e energética: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autô-res. E o reconhecimento desse fato não constitui menoscabô à grandeza do esforço português. Se o julgarmos conforme os cri-

⁴ André Thevet, *Les Singularitez de la France Antarctique* (Paris, 1879), pág. 408 e seg.

térios morais e políticos hoje dominantes, nele encontraremos muitas e sérias falhas. Nenhuma, porém, que leve com justiça à opinião extravagante defendida por um número não pequeno de detratores da ação dos portugueses no Brasil, muitos dos quais optariam, de bom grado, e confessadamente, pelo triunfo da experiência de colonização holandesa, convictos de que nos teria levado a melhores e mais gloriosos rumos. Mas antes de abordar esse tema, é preferível encarar certo aspecto, que parece singularmente instructivo, das determinantes psicológicas do movimento de expansão colonial portuguesa pelas terras de nossa América.

Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encaixam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades rudimentares manifestam-se êles, segundo sua predominância, na distinção fundamental entre os povos caçadores ou coletores e os povos lavradores. Para uns, o objeto final, a mira de todo esforço, o ponto de chegada, assume relevância tão capital, que chega a dispensar, por secundários, quase supérfluos, todos os processos intermediários. Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore.

Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a êle em generosa amplitude e onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.

O trabalhador, ao contrário, é aquêle que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de esforço e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para êle. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo.

Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro—audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem—tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção *espargosa* do mundo, característica desse tipo.

Por outro lado, as energias e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para êles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.

Entre esses dois tipos não há, em verdade, tanto uma oposição

absoluta como uma incompreensão radical.⁵ Ambos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas coações e é claro que, em estado puro, nem o aventureiro, nem o trabalhador, possuem existência real fora do mundo das idéias. Mas também não há dúvida que os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais. É é precisamente nessa extensão superindividual, que eles assumem importância inestimável para o estudo da formação e evolução das sociedades.

Na obra da conquista e colonização dos novos mundos coube ao "trabalhador", no sentido aqui compreendido, papel muito limitado, quase nulo. A época predispunha aos gestos e façanhas audaciosos, galardoando bem os homens de grandes vãos. E não foi fortuita a circunstância de se terem encontrado neste continente, empenhadas nessa obra, principalmente as nações onde o tipo do trabalhador, tal como acaba de ser discriminado, encontrou ambiente menos propício.

Se isso é verdade tanto de Portugal como da Espanha, não o é menos da Inglaterra. O surto industrial poderoso que atingiu a nação britânica no decurso do século passado, criou uma idéia que está longe de corresponder à realidade, com relação ao povo inglês, e uma idéia de que os antigos não partilhavam. A verdade é que o inglês típico não é industrial, nem possui em grau extremo o senso da economia, característico de seus vizinhos continentais mais próximos. Tende, muito ao contrário, para a indolência e para a prodigalidade, e estima, acima de tudo, a "boa vida". Era essa a opinião corrente, quase unânime, dos estrangeiros que visitavam a Grã-Bretanha antes da era vitoriana. E, não menos, a dos moralistas e economistas que buscavam os remédios para a condição de inferioridade em que durante longo tempo se encontrou o país em face de seus competidores. Em 1664, no panfleto intitulado *England's Treasure by Foreign Trade*,

⁵ Uma oposição só teria lugar se pertencessem à mesma família moral. Nesse sentido, o reverso do tipo do trabalhador seria, talvez, o do pequeno *rentier*. Da mesma forma, o pólo contrário do tipo do aventureiro pode ser representado principalmente pelo vagabundo anti-social, o *oultaw* ou o *sim-ples ocioso*. A distinção aqui sugerida aparenta-se assim à que estabeleceram Vilfredo Pareto entre os *rentieri* e os *speculatori*. Analisada em confronto com a famosa teoria dos "quatro desejos fundamentais", formulada por W. I. Thomas, de tão fecundas aplicações em diversos ramos da ciência social, pode-se dizer que ao tipo do aventureiro correspondem de modo predominante o "desejo de novas sensações" e o de "consideração pública". O "desejo de segurança" e o de "correspondência" estariam representados sobretudo no tipo do trabalhador.—Robert E. Park e Ernest W. Burgess, *Introduction to the Science of Sociology* (Chicago, 1924), pág. 488 e seg.; William I. Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish Peasant in Europe and America*, I (Nova York, 1927), pág. 72 e seg.

Trade, Thomas Mun censurava nos seus compatriotas a imprevidência, o gosto da dissipação inútil, o amor desregado aos prazeres e ao luxo, a ociosidade impudica—*lewd idleness*—"contrária à lei de Deus e aos usos das demais nações", e atribuía a tais vícios sua impossibilidade de medir-se sêriamente com os holandeses.⁶ Conceitos semelhantes a esses volta a exprimir, em nossos dias, esse bom conhecedor e historiador do caráter inglês que é William Ralph Inge. O deão da catedral de St. Paul observa em livro rico de interessantes sugestões, que o "inglês médio não tem presentemente nenhum gosto pela diligência infatigável, laboriosa, dos alemães, ou pela frugalidade parcimoniosa dos franceses". E acrescenta a essa observação mais esta, que a muitos deve parecer desconcertante e nova: "A indolência é vício que partilhámos com os naturais de algumas terras quentes, mas não com qualquer outro povo do Norte da Europa".⁷

Essa pouca disposição para o trabalho, ao menos para o trabalho sem compensação próxima, essa indolência, como diz o deão Inge, não sendo evidentemente um estímulo às ações aventurosas, não deixa de constituir, com notável frequência, o aspecto negativo do ânimo que gera as grandes empresas. Como explicar, sem isso, que os povos ibéricos mostrassem tanta aptidão para a caça aos bens materiais em outros continentes? "Um português—comentava certo viajante em fins do século XVIII,—pode frear um navio para o Brasil com menos dificuldade do que lhe é preciso para ir a cavalo de Lisboa ao Porto".⁸

E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura? Ainda hoje convivemos diâritamente com a prole numerosa daquele militar do tempo de Eschwege, que não se envergonhava de solicitar colocação na música do palácio, do amanuense que não receava pedir um cargo de governador, do simples aplicador de ventosas que aspirava às funções de cirurgião-mor do reino... Não raro nossa capacidade de ação esgota-se nessa procura incessante, sem que a neutralize uma violência vinda de fora, uma reação mais poderosa; é um esforço que se desenhaminha antes mesmo de encontrar resistência, que

⁶ "England's Treasure by Foreign Trade, or the Balance of our Foreign Trade is the Rule of our Treasure. By Thomas Mun 1664", J. R. McNeill (ed.), *Early English Tracts on Commerce* (Cambridge, 1934), pág. 191 e seg.

⁷ William R. Inge, *England* (London, 1933), pág. 160.

⁸ James Murphy, *Travels in Portugal, through the Provinces of Entre-Douro e Minho, Beira and Alem-Tejo in the years 1789 and 1790* (London, 1795), pág. 208.

se aniquila no auge da força e que se compromete sem motivo patente.

E, no entanto, o gosto da aventura, responsável por todas essas fraquezas, teve influência decisiva (não a única decisiva, é preciso, porém, dizer-se) em nossa vida nacional. Num conjunto de fatores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes e padrões de existência que nos trouxeram, as condições mesológicas e climáticas que exigiam longo processo de adaptação, foi o elemento orquestrador por excelência. Favorecendo a mobilidade social, estimulou os homens, além disso, a enfrentar com denodo as asperezas ou resistências da natureza e criou-lhes as condições adequadas a tal empresa.

Nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexecutáveis. Procurando recriar aqui o meio de sua origem, fizeram-no com uma facilidade que ainda não encontrou, talvez, segundo exemplo na história. Onde lhes faltasse o pão de trigo, aprendiam a comer o da terra, e com tal requinte, que—afirmava Gabriel Soares—a gente de tratamento só consumia farinha de mandioca fresca, feita no dia. Habitaram-se também a dormir em redes, à maneira dos índios. Alguns, como Vasco Coutinho, o donatário do Espírito Santo, iam ao porto de beber e mascar fumo, segundo nos referem testemunhos do tempo. Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que singravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos. A casa peninsular, severa e sombria, voltada para dentro, ficou menos circumspecta sob o novo clima, perdeu um pouco de sua aspereza, ganhando a varanda externa: um acesso para o mundo de fora. Com essa nova disposição, importada por sua vez da Ásia oriental e que substituiu a com vantagem, em nosso meio, o tradicional pátio mourisco, formaram o padrão primitivo e ainda hoje válido para as habitações europeias nos trópicos. Nas suas plantações de cana, bastou que desenvolvessem em grande escala o processo já instituído, segundo todas as probabilidades, na Madeira e em outras ilhas do Atlântico, onde o negro da Guiné era utilizado nas fainas rurais.

Não é certo que a forma particular assumida entre nós pelo latifúndio agrário fôsse uma espécie de manipulação original, fruto da vontade criadora um pouco arbitrária dos colonos portugueses. Surgiu, em grande parte, de elementos adventícios e ao sabor das conveniências da produção e do mercado. Nem se pode afirmar que o sistema de lavoura, estabelecido, aliás, com estranha uniformidade de organização, em quase todos os territórios tropicais e subtropicais da América, tenha sido, aqui, o resultado de condições intrínsecas e específicas do meio. Foi a cir-

cunstância de não se achar a Europa industrializada ao tempo dos descobrimentos, de modo que produzia gêneros agrícolas em quantidade suficiente para seu próprio consumo, só carecendo efetivamente de produtos naturais dos climas quentes, que tornou possível e fomentou a expansão desse sistema agrário.

É instrutivo, a propósito, o fato de o mesmo sistema, nas colônias inglesas da América do Norte, ter podido florescer apenas em regiões apropriadas às lavouras do tabaco, do arroz e do algodão, produtos tipicamente "coloniais". Quanto às áreas do centro e às da Nova Inglaterra, tiveram de contentar-se com uma simples agricultura de subsistência, enquanto não se abria passo à expansão comercial e manufatureira, fundada quase exclusivamente no trabalho livre. O clima e outras condições físicas peculiares a regiões tropicais, só contribuíram, pois, de modo indireto para semelhante resultado.

Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultora adotada depois por outros povos. E a boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar, fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias europeias situadas na zona tórrida. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumprida apenas resolver o problema do trabalho. E verificou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos.

Pode dizer-se que a presença do negro representou sempre fator obrigatório no desenvolvimento dos latifúndios coloniais. Os antigos moradores da terra foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram-lhes inaceitáveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil.⁹ O resultado eram incompreensões

⁹ Ou então adaptavam-se só exteriormente, sem adosão íntima, a essas normas "civilizadas", mas ou menos como um ator desempenha o papel

recíprocas que, de parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante. Nisto assemelhavam-se aqueles Aruaques das Antilhas, dos quais diziam os colonos franceses, comparando-os aos negros: "*regarder un sauvage de travers c'est le battre, le battre c'est le tuer—battre un nègre c'est le nourrir*".¹⁰

Numa produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo, teriam de prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos. Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra "agricultura" aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica europeia serviu apenas para fazer ainda mais devastadores os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações. Se tornou possível, em certos casos, a fixação do colono, não cabe atribuir tal fato a esse zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos genuinamente agricultores. A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem brago escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável.

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custava onusada, não riqueza que custava trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço,—efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros—mas era preciso que fôsse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário às diferentes operações.

Não foi, por conseguinte, uma civilização tipicamente agrícola o que instauraram os portugueses no Brasil com a lavoura açucareira. Não o foi, em primeiro lugar, porque a tanto não conduzia o gênio aventureiro que os trouxe à América; em seguida, por causa da escassez da população do reino, que permitisse emigração em larga escala de trabalhadores rurais, e finalmente pela circunstância de a atividade agrícola não ocupar então, em Portugal, posição de primeira grandeza. No mesmo ano de 1535, em

que lhe foi distribuído ou uma criança recita a lição que aprendeu de cor. Foi o que sucedeu, de algum modo, nas velhas missões jesuíticas, onde após a expulsão dos padres, voltaram os índios, em muitos casos, à sua primeira condição.

¹⁰ Jean B. Du Tertre, *Histoire Générale des Antilles*, II (Paris, 1667), pág. 490.

que Duarte Coelho desembarcava em sua donataria pernambucana, o humanista Clenardo, escrevendo de Lisboa a seu amigo Latônio, dava notícia das miseráveis condições em que jaziam no país as lides do campo: "Se em algum lugar a agricultura foi tida em desprezo—dizia—é incontestavelmente em Portugal. E antes de mais nada, ficou sabendo que o que faz o nervo principal de uma nação é aqui de uma debilidade extrema; para mais, se há algum povo dado à preguiça sem ser o português, então não sei onde ele exista. Falo sobretudo de nós outros que habitamos além do Tejo e que respiramos de mais perto o ar da África". E algum tempo mais tarde, respondendo às críticas dirigidas por Sebastião Münster aos habitantes da península hispânica, Damião de Góis admitia que o labor agrícola era menos atraindo para seus compatriotas do que as aventuras marítimas e as glórias da guerra e da conquista.¹¹

Quando lamentamos que a lavoura, no Brasil, tenha permanecido tão longamente aferrada a concepções rotineiras, sem progressos técnicos que elevassem o nível da produção, é preciso não esquecer semelhantes fatores. E é preciso, além disso, ter em conta que o meio tropical oferece muitas vezes poderosos e inesperados obstáculos à implantação de tais melhoramentos. Se a técnica agrícola adotada aqui pelos portugueses representou em alguns casos, comparada às da Europa, um retrocesso, em muitos pontos verdadeiramente milenar, é certo que para isso contribuíram as resistências da natureza, de uma natureza distinta da europeia, não menos do que a inércia e a passividade dos colonos. O escasso emprego do arado, por exemplo, em nossa lavoura de feição tradicional, tem sua explicação, em grande parte, nas dificuldades que ofereciam freqüentemente ao seu manejo os resíduos da pujante vegetação florestal. É compreensível assim que não se tivesse generalizado esse emprego, muito embora fôsse tentado em épocas bem anteriores àquelas que costumam ser mencionadas em geral para sua introdução.

Há notícia de que, entre senhores de engenho mais abastados do Recôncavo baiano, era corrente o uso do arado em fins do século XVIII. Cumpre considerar, em todo o caso, que esse uso se restringe unicamente à lavoura canavieira, onde, para se obterem safras regulares, já se faz necessário um terreno previamente limpo, destocado e arroteado. Sem embargo disso, sabemos por depoimentos da época que, para puxar cada arado, era costume, entre fazendeiros, empregarem juntas de dez, doze ou mais bois, o que vinha não só da pouca resistência desses animais no Brasil,

¹¹ M. Gonçalves Cerejeira, *O Humanismo em Portugal*, Clenardo. (Coimbra, 1926), pág. 271.

como também de custarem as terras mais a abrir pela sua fôrta-¹²leza.

A regra era irem buscar os lavradores novas terras em lugares de mato dentro, e assim raramente decorriam duas gerações sem que uma mesma fazenda mudasse de sítio, ou de dono. Essa transitoriedade, oriunda, por sua vez, dos costumes indígenas, servia apenas para corroborar o caráter rotineiro do trabalho rural. Como a ninguém ocorria o recurso de revigorar os solos gastos por meio de fertilizantes, faltava estímulo a melhoramentos de qualquer natureza. A noção de que o trabalho de saraquá, ou enxada é o único que as nossas terras suportam, ganhou logo crédito. Em São Paulo, onde, como em outros lugares do Brasil, o emprêgo de processos menos rudimentares chegara a ser tido desde o segundo século da colonização, se não antes—em inventário datado de 1637 já se assinala “hum ferro de arado” entre os deixados por certo lavrador da zona de Parnaíba¹³—, a fôrça dessa convicção logo contagiava os filhos do reino, conforme o atesta em 1766 um capitão-general, em carta ao então Conde de Oeiras. Todos, dizia, sustentam que a terra, no Brasil, só tem sustância na superfície, “que se não pode usar arado, que alguns já usaram dêle, que tudo se lhes perdeu; e finalmente todos falam pela mesma boca.”¹⁴

Que assim sucedesse com relação aos portugueses, não é de admirar, sabendo-se que, ainda em nossos dias, os mesmos métodos predatórios e dissipadores se acham em uso entre colonos de pura estirpe germânica, e isso, não só no meio tropical que constituem as baixadas espirito-santenses, mas também em regiões de clima relativamente temperado como as do Rio Grande do Sul.¹⁵ Deve-se, em todo caso, considerar que a origem principalmente mercantil e citadina da maioria desses colonos, seu número não muito considerável, os limitados recursos materiais de que dispunham ao se transplantarem do Velho Mundo, explicam, em grande parte, a docilidade com que se sujeitaram a técnicas

¹² “Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para D. Rodrigo de Souza Coutinho em que se refere ao emprêgo de bois e arados na cultura das terras e das canas moídas de asecar como combustível das fornalhas e dos engenhos. Bahia, 28 de Março de 1798”, *Arquivos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, XXXVI (Rio de Janeiro, 1916), pág. 16.

¹³ *Inventários e Testamentos*, X (São Paulo, 1912), pág. 464.

¹⁴ *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, XXIII (São Paulo, 1896), pág. 3 e segs.

¹⁵ Dr. Ernst Wagemann, *Die deutsche Kolonisten in brasilianischen Staat*, Espírito Santo (Muniquê e Leipzig, 1915), pág. 72 e segs.; Otto Maull, *Vom Itatiaia zum Paraguay* (Leipzig, 1930), pág. 98 e segs., Dr. Hans Porzelt, *Der deutsche Bauer in Rio Grande do Sul* (Ochsenfurt am Main, 1937), pág. 24 e segs.

já empregadas por brasileiros de ascendência lusitana.¹⁶ Na economia agrária, pode dizer-se que os métodos maus, isto é rudimentares, danosos e orientados apenas para o imoderado e imediato proveito de quem os aplica, tendem constantemente a expulsar os bons métodos. Acontece que, no Brasil, as condições locais quase impunham, pelo menos ao primeiro contato, muitos daqueles métodos “maus” e que, para suplantá-los, era mister uma energia paciente e sistemática.

O que, com segurança, se pode afirmar dos portugueses e seus descendentes é que jamais se sentiram eficazmente estimulados a essa energia. Mesmo comparados a colonizadores de outras áreas onde viria a predominar uma economia rural fundada, como a nossa, no trabalho escravo, na monocultura, na grande propriedade, sempre se distinguiram, em verdade pelo muito que pediam à terra e o pouco que lhe davam em retribuição. Salvo se encareados por um critério estritamente quantitativo, os métodos que puseram em vigor no Brasil não representam nenhum progresso essencial sobre os que, antes dêles, já praticavam os indígenas do país.

O contraste entre as condições normais da lavoura brasileira, ainda na segunda metade do século passado, e as que pela mesma época prevaleciam no sul dos Estados Unidos, é bem mais apreciável do que as semelhanças, tão complacentemente assinaladas e exageradas por alguns historiadores. Os fazendeiros oriundos dos Estados confederados, que por volta de 1866 emigraram para o Brasil, e a cuja influência se tem atribuído, com ou sem razão, o desenvolvimento do emprêgo de arados, cultivadores, rodos e grades nas propriedades rurais paulistas, estiveram bem longe de partilhar da mesma opinião. Certos depoimentos da época refletem, ao contrário, o pânico causado entre muitos dêles pelos processos alarmantemente primitivos que encontraram em uso. Os escravos brasileiros, diz um desses depoimentos, plantam algodão exatamente como os índios norte-americanos plantam o milho.¹⁷

O princípio que, desde os tempos mais remotos da colonização, norteava a criação da riqueza no país, não cessou de valer um só momento para a produção agrária. Todos queriam extrair do solo excessivos benefícios sem grandes sacrifícios. Ou, como já dizia o mais antigo dos nossos historiadores, queriam servir-se da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, “só para a desfrutarem e a deixarem destruída.”¹⁸

¹⁶ Ver nota ao fim do capítulo: *Persistência da Lavoura de Tipo Predatório*.

¹⁷ Rev. Ballard S. Dunn, *Brazil, the home for the Southerners* (Nova York, 1866), pág. 138.

¹⁸ Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 3.^a ed. (São Paulo, s. d.), pág. 16.

Não cabia, nesse caso, modificar os rudes processos dos indígenas, ditados pela lei do menor esforço, uma vez, é claro, que se acomodassem às conveniências da produção em larga escala. Instrumentos sobretudo passivos, nossos colonizadores achem-se facilmente, cedendo às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes, sem cuidar de impor-lhes normas fixas e indeleveis. Mesmo comparados aos castelhanos, destacaram-se eles por esse aspecto. Na maior parte das suas possessões da América, o castelhano raramente se identificou a tal ponto com a terra e a gente da terra: apenas superpôs-se, com frequência, a uma e outra. Entre nós, o domínio europeu foi, em geral, brando e mole, menos obediente a regras e dispositivos do que à lei da natureza. A vida parece ter sido aqui incomparavelmente mais suave, mais acolhedora das dissonâncias sociais, raciais, e morais. Nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina. Bem assentes no solo, não tinham exigências mentais muito grandes e o Céu parecia-lhes uma realidade excessivamente espiritual, remota, póstuma, para interferir em seus negócios de cada dia.

A isso cumpre acrescentar outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça. Ao menos do orgulho obstinado e inimigo de compromissos, que caracteriza os povos do Norte. Essa modalidade de seu caráter, que os aproxima das outras nações de estirpe latina e, mais do que delas, dos muçulmanos da África, explica-se muito pelo fato de serem os portugueses, em parte, e já ao tempo do descobrimento do Brasil, um povo de mestiços. Ainda em nossos dias, um antropólogo distingue-os racialmente dos seus próprios vizinhos e irmãos, os espanhóis, por ostentarem um contingente maior de sangue negro. A isso atribui o fato de os indígenas da África Oriental os considerarem quase como seus iguais e de os respeitarem muito menos de que aos outros civilizados. Assim, afirma, para designar os diferentes povos da Europa, os Suaheli discriminam sem-pre: europeus e portugueses.¹⁹

Neste caso o Brasil não foi teatro de nenhuma grande novidade. A mistura com gente de cor tinha começado amplamente na própria metrópole. Já antes de 1500, graças ao trabalho de pretos trazidos das possessões ultramarinas, fôra possível, no reino, estender a porção do solo cultivado, desbravar matos, des-sangrar pantanos e transformar charcoas em lavouras, com o que se abriu passo à fundação de povoados novos. Os benefícios

imediatos que de seu trabalho decorriam, fizeram com que aumentasse incessantemente a procura desses instrumentos de progresso material, em uma nação onde se menoscabavam cada vez mais os ofícios servis.²⁰

As lamentações de um Garcia de Resende parecem refletir bem, por volta de 1536, o alarma suscitado entre homens prudentes por essa silenciosa e sub-reptícia invasão, que ameaçava transformar os próprios fundamentos biológicos onde descansava tradicionalmente a sociedade portuguesa:

Vemos no reino meter,
Tantos cativos crescer,
E irem-se os naturais
Que se assi for, serão mais
Eles que nós, a meu ver.²¹

A já mencionada carta de Cleonardo a Laetônio revela-nos, pela mesma época, como pululavam os escravos em Portugal. Todo o serviço era feito por negros e mouros cativos, que não se distinguiam de bestas de carga, senão na figura. "Estou em crer—nota êle—que em Lisboa os escravos e escravas são mais que os portugueses". Difícilmente se encontraria habitação onde não houvesse pelo menos uma negra. A gente mais rica tinha escravos de ambos os sexos, e não faltava quem tirasse bons lucros da venda dos filhos de escravos. "Chega-me a parecer—acrescenta o humanista—que os criam como quem cria as pombas para ir ao mercado. Longe de se ofenderem com as ribaldias das escravas, estimam até que tal suceda, porque o fruto segue a condição do ventre: nem ali o padre vizinho, nem eu sei lá que cativo africano o podem reclamar".²²

Embora os cálculos estatísticos acérca da introdução de negros no Reino fôsem, em geral, escassos e vagamente aproximativos, é de notar que, em 1541, defendendo o bom nome dos portugueses e espanhóis contra as críticas de Münster, Damião de Góis estimasse em dez a doze mil os escravos da Nigéria, que entravam anualmente em seu país. E que um decênio depois, conforme o *Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, Lisboa contava nove mil e novecentos e cinquenta escravos para o total de dezoito mil vizinhos. Isso significa que formavam cerca de uma quinta parte da população.²³ A mesma proporção ainda se guardava mais para

²⁰ Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no Século XV* (Lisboa, 1904), pág. 49 e seg.

²¹ Garcia de Resende, "Miscellanea", *Chronica das Salerosas, e Insígnias feitos del Rey Dom Ivoam II de Gloriosa Memoria*. Coimbra, 1798, pág. 363.

²² M. Gonçalves Cerejeira, *op. cit.*, pág. 179, n. 273 e segs.

²³ J. Lúcio de Azevedo, *Novas Expansões* (Lisboa, 1932), pág. 102 e segs.

finds do século, a julgar pelos informes de Filippo Sassetti, que andou em Portugal entre os anos de 1578 e 1583.²⁴

Com o correr do tempo não deve ter diminuído essa intrusão de sangue estranho, que progredia, ao contrário, e não só nas cidades. Em 1655, Manuel Severim de Faria pode lastimar que os mais dos lavradores se sirvam de escravos de Guiné e mulatos. E em fins do século seguinte, a célebre proclamação dos Passos, em Lisboa, deveria ser espetáculo quase comparável ao que proporcionava qualquer cidade brasileira, daquelas onde o contingente negro fôsse mais notável. Um visitante estrangeiro dizia em 1798 que participavam dos préstitos entre "quatro e cinco mil almas, sendo a maior parte constituída de negros e mulatos, de negras e mulatas". Em outro depoimento, escrito setenta anos antes dessa data, atribuíam-se a côr trigueira da gente portuguesa a efeito do clima e mais ainda "da mistura com os negros, muito ordinária no povo baixo".

Compreende-se, assim, que já fôsse exíguo o sentimento de distância entre os dominadores, aqui, e a massa trabalhadora constituída de homens de côr. O escravo das plantações e das minas não era um simples manancial de energia, um carvão humano à espera de que a época industrial o substituisse pelo combustível. Com freqüência as suas relações com os donos oscilavam da situação de dependente para a de protegido, e até de solidário e afim. Sua influência penetrava sinuosamente o recesso doméstico, agindo como dissolvente de qualquer idéa de separação de castas ou raças, de qualquer disciplina fundada em tal separação. Era essa a regra geral: não impedia que tenham existido casos particulares de esforços tendentes a coibir a influência excessiva do homem de côr na vida da colônia, como aquela ordem régia de 1726, que vedava a qualquer mulato, até à quarta geração, o exercício de cargos municipais em Minas Gerais, tornando tal proibição extensiva aos brancos casados com mulheres de côr.²⁵ Mas resoluções como essa—decorrente, ao que consta, da conjuração dos negros e mulatos, anos antes, naquela capitania—estavam condenadas a ficar no papel e não perturbavam seriamente a tendência da população para um abandono de todas as barreiras sociais, políticas e econômicas entre brancos e homens de côr, livres e escravos.²⁶

²⁴ Filippo Sassetti, *Lettere di* (Milão, s. d.), pág. 126.

²⁵ José Pedro Xavier da Veiga, *Efemerides Mineiras*, I (s. l. 1926), pág. 95.

²⁶ Assim, também, quase dois séculos antes, a Câmara de São Vicente ordenava que nenhum cristão falasse mal do outro, ou de suas mercadorias, diante dos gentios, declarando que para ficar provada a transgressão dessa lei, bastaria o juramento de qualquer cristão que ouvisse deitá-la. Nesse caso prepondera—como é fácil de ver—a ganância econômica do conquistador.

A própria coroa não hesitou, ocasionalmente, em temperar os zelos de certos funcionários mais infensos a essa tendência. Assim ocorreu, por exemplo, quando a um governador de Pernambuco se expedito ordem, em 1731, para que desse posse do ofício de procurador ao bacharel nomeado, Antônio Ferreira Castro, apesar da circunstância alegada de ser o provido um mulato. Porque—diz a ordem de D. João V—"o defeito de ser Pardo não obsta para este ministério e se repara muito que vós, por este acidente, excluísses um Bacharel Formado provido por mim para introduzi-lo e conservá-lo um homem que não é formado, o qual nunca o podia ser por Lei, havendo Bacharel Formado".²⁷

É preciso convir em que tais liberalidades não constituíam lei geral; de qualquer modo, o exclusivismo "racista", como se diria hoje, nunca chegou a ser, aparentemente, o fator determinante das medidas que visavam reservar a brancos puros o exercício de determinados empregos. Muito mais decisivo do que semelhante exclusivismo teria sido o labéu tradicionalmente associado aos trabalhos vis a que obriga a escravidão e que não infamava apenas quem os praticava, mas igualmente seus descendentes. A esta, mais do que a outras razões, cabe atribuir até certo ponto a singular importância que sempre assumiram, entre portugueses, as habilitações de *gene*.

Também não seria outra a verdadeira explicação para o fato de se considerarem aptos, muitas vezes, os gentios da terra e os mamelucos, a ofícios de que os pretos e mulatos ficavam legalmente excluídos. O reconhecimento da liberdade civil dos índios—mesmo quando se tratasse simplesmente de uma liberdade "intelectual" ou "protegida", segundo a sutil discriminação dos juristas—tendia a distanciá-los do estigma social ligado à escravidão. É curioso notar como algumas características ordinariamente atribuídas aos nossos indígenas e que os fazem menos compatíveis com a condição servil,—sua "ociosidade", sua aversão a todo esforço disciplinado, sua "imprevidência", sua "intemperança", seu gosto acentuado por atividades antes predatórias do que produtivas—ajustam-se de forma bem precisa aos tradicionais padrões de vida das classes nobres. E deve ser por

dor, não o sentimento de distinção racial. Frei Gaspar menciona-o, efetivamente, entre outros fatos demonstrativos da "má-fé dos portugueses nos seus contratos com os nativos da terra", fatos esses que mereciam mais tarde a reprovação do Primeiro Governador Geral do Brasil.—Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente* (Lisboa, 1797), pág. 67.

²⁷ Sobre dar posse ao Doutor Antonio Ferreira Castro do Offício de Procurador da Corôa, pelo Multatismo lhe nam servir de impedimento", *Annuaire da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro* XXVIII (Rio de Janeiro, 1908), pág. 352.

isso que, ao procurarem traduzir para termos nacionais a temática da Idade Média, própria do romantismo europeu, escritores do século passado, como Gonçalves Dias e Alencar, iriam reservar ao índio virtudes convencionais de antigos fidalgos e cavaleiros, ao passo que o negro devia contentar-se, no melhor dos casos, com a posição de vítima submissa ou rebelde.

Longe de condenar os casamentos mistos de indígenas e brancos, o governo português tratou, em mais de uma ocasião, de estimulá-los, e é conhecido o alvará de 1755, determinando que os cônjuges, nesses casos, "não fiquem com infâmia alguma, antes muito hábeis para os cargos dos lugares onde residirem não menos que seus filhos e descendentes, os quais, até terão preferência para qualquer emprego, honra ou dignidade, sem dependência de dispensa alguma, ficando outrossim proibido, sob pena de procedimento, dar-se-lhe o nome de caboclos, ou outros semelhantes, que se possam reputar injuriosos". Os pretos e descendentes de pretos, esses continuavam relegados, ao menos em certos textos oficiais, a trabalhos de baixa reputação, os *negro jobs*, que tanto degradam o indivíduo que os exerce, como sua geração. Assim é que, em portaria de 6 de agosto de 1771, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque "se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando o seu sangue com esta aliança, e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto".²⁸

Uma das conseqüências da escravidão e da hipertrofia da latifundiária na estrutura de nossa economia colonial, foi a ausência, praticamente, de qualquer esforço sêmo de cooperação nas demais atividades produtoras, ao oposto do que sucedia em outros países, inclusive nos da América espanhola. Pouca coisa existiu, entre nós, comparável ao que refere um historiador peruano a respeito da prosperidade dos grêmios de oficiais mecânicos já existentes no primeiro século da conquista de Lima, com alcáides jurados e vedores, taxa de jornais, exames de competência, inserição, descanso dominical obrigatório e fundações pias de assistência mútua nas diversas confrarias de mesteiros. Conhece-se ainda hoje o regimento dos prateiros da Cidade dos Reis, cujo manuscrito é conservado na Beneficência Pública da capital peruana. Esses oficiais mecânicos, em sua maioria índios e mestiços, tinham capela na nave esquerda da Igreja de Santo Agostinho. Sua organização estabeleceu perfeitamente dotes e pensões de velhice para as famílias dos agremiados. Os sapateiros e curtidores constituíram-se no ano de 1578, com propriedade da

capela de São Crispim e São Crispiniano, na catedral. Aí celebravam suas funções e festas. Tal como sucedeu no Brasil, mas em escala mais ampla do que entre nós, certos grêmios impuseram nome a ruas e praças, onde tinham agrupadas suas tendas e, por vezes, também suas moradas; assim os boteiros, barreteiros, esteteiros, manteiros, algeibes, taberneiros, sombreireiros (de vacunha ou de palha de jipijapa), espadeiros, guitareiros, oleiros, saboeiros e ferreiros. Havia também os fazedores de talabartes, na maioria brancos, índios e mestiços, assim como negros e mulatos eram, em regra, os cirurgiões e os barbeiros. Seguiam-se a esses os grêmios de seleiros e fabricantes de jaezas e guarnições, dos fundidores, dos ebanistas, carpinteiros, alarifes, alvaneis, curtidores, surradores de couro, cerieiros, luveiros, chapineiros, alfaiates ou costureiros (os brancos com a confraria de São Francisco o Grande), confeiteiros e pasteleiros. Esses grêmios, definitivamente organizados por D. Francisco de Toledo, foram durante longos anos, para o vice-reinado, uma garantia de prosperidade, riqueza e estabilidade, não obstante as vicissitudes do trabalho mineiro e a decadência do império colonial espanhol.²⁹

No Brasil, a organização dos ofícios segundo moldes trazidos do reino teve seus efeitos perturbados pelas condições dominantes: preponderância absorvente do trabalho escravo, indústria caseira, capaz de garantir relativa independência aos ricos, entretanto, por outro lado, o comércio e, finalmente, escassez de artefices livres na maior parte das vilas e cidades.

São frequentes, em velhos documentos municipais, as queixas contra mecânicos que, ou transgridem impunemente regimentos de seu ofício, ou se esquivam aos exames prescritos, contando para isso com a proteção de juizes benévols. Uma simples licença com fiador era, em casos tais, o bastante para o exercício de qualquer profissão, e desse modo se abriam malhas numerosas na disciplina só aparentemente rígida das posturas. Os que conseguem acumular algum cabedal, esses tratavam logo de abandonar seus ofícios para poderem desfrutar das regalias ordinariamente negadas a mecânicos. Assim sucede, por exemplo, a certo Manuel Alves, de São Paulo, que deixa em 1639 sua profissão de seleiro para subir à posição de "homem nobre" e servir os cargos da República.³⁰

Por vezes, nem tal cautela se torna imprescindível: muitos eram os casos de pessoas consideradas nobres, que se dedicavam,

²⁹ J. de la Riva-Aguero, "Lima Española", *El Comercio* (Lima, 18. I. 1935), 1.º seção, pág. 4.

³⁰ Atono d'E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, IV (São Paulo, 1929), pág. 325.

²⁸ João Francisco Lisboa, *Obras*, III (São Luis do Maranhão, 1866), III, 383 e seq.

²⁶ s. b. de h.

como meio de vida, a serviços mecânicos, sem perderem as prerrogativas pertinentes à sua classe. Contudo não seria essa a lei geral: é plausível admitir que constituísse antes um abuso reconhecido como tal, embora largamente tolerado, pois do contrário não se compreende que um Martin Francisco, já em começo do século passado, se admirasse de que muitos moradores de Itu, sendo "todos pelo menos nobres", se dedicassem a ofícios mecânicos, "pois que pelas leis do reino derogam a nobreza..."³¹

Embora a lei não tivesse cogitado em estabelecer qualquer hierarquia entre as diferentes espécies de trabalho manual, não se pode negar que existiam discriminações consagradas pelos costumes, e que uma intolância maior prevaleceu constantemente com relação aos ofícios de mais baixa reputação social. Quando, em 1720, Bernardo Pereira de Berredo, governador do Estado do Maranhão, mandou assentar praça de soldado a certo Manuel Gaspar, eleito almotaçé, alegando que "bem longe de ter nobreza, havia sido criado de servir", conformou-se logo o senado com a decisão e, ainda por cima, anulou a eleição de outro indivíduo, que "vendia sardinhas e berimbãos".³²

Nos ofícios urbanos reinavam o mesmo amor ao ganho fácil e a inflexidez que tanto caracterizam, no Brasil, os trabalhos rurais. Espelhava bem essas condições o fato, notado por alguém, em fins da era colonial, de que nas tendas de comerciantes se distribuíam as coisas mais disparatadas deste mundo, e era tão fácil comprarem-se ferraduras a um boticário como vomitórios a um ferreiro.³³ Poucos indivíduos sabiam dedicar-se a vida inteira a um só mister sem se deixarem atrair por outro negócio aparentemente lucrativo. E, ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade.

Era esse um dos sérios empecilhos à constituição, entre nós, não só de um verdadeiro artesanato, mas ainda de oficiais suficientemente habilitados para trabalhos que requerem vocação decidida e longo tirocínio.³⁴ Outro empecilho vinha, sem dúvida,

³¹ Martin Francisco Ribeiro d'Andrada Machado e Silva "Jornais das Viagens pela Capitania de S. Paulo (1803-4)", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, XLV, 1.ª parte (Rio de Janeiro, 1882), pág. 18.

³² João Francisco Lisboa, *op. cit.*, pág. 382.

³³ Gustavo Beyer, "Notas de Viagens no Brasil em 1813", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XII (São Paulo, 1906), pág. 287.

³⁴ Uma exceção, e isso mesmo nos principais centros urbanos, parecem ter constituído aqueles que, pela natureza dos seus ofícios, necessitavam de aptidões e conhecimentos artísticos que não se improvisam. Um viajante

do recurso muito ordinário aos chamados "negros de ganho" ou "moços de ganho", que trabalhavam mediante simples licenças obtidas pelos senhores em benefício exclusivo dêstes. Assim, qualquer pessoa com funções de nobreza podia alcançar proveitos derivados dos trabalhos mais humildes sem degradar-se e sem calejar as mãos. Spix e Martins tiveram ocasião de assinalar a radical incompatibilidade existente entre esse hábito e o princípio medieval das corporações de mestres,³⁵ ainda bem vivo em muitos lugares da Europa ao iniciar-se o século passado.

Da tradição portuguesa, que mesmo em território metropolitano jamais chegara a ser extremamente rígida neste particular, pouca coisa se conservou entre nós que não tivesse sido modificada ou relaxada pelas condições adversas do meio. Manteve-se melhor do que outras, como é fácil imaginar, a obrigação de irem os ofícios embandeirados, com suas insignias, às procissões reais, o que se explica simplesmente pelo gosto do aparato e o dos espetáculos coloridos, tão peculiar à nossa sociedade colonial.

O que sobretudo nos faltou para o bom êxito desta e de tantas outras formas de labor produtivo foi, seguramente, uma capacidade de livre e duradoura associação entre os elementos empreendedores do país. Trabalhos de índole coletiva espontaneamente aceitos podiam ocorrer nos casos onde fôsem de molde a satisfazer certos sentimentos e emoções coletivos, como sucede com os mistérios relacionados de algum modo ao culto religioso. Casos, por exemplo, como o da construção da velha matriz de Iguaçu, em fins do século XVII, em que colaboraram os homens notáveis e o povo da vila, carregando pedras desde a praia até ao lugar onde ficava a obra,³⁶ ou o da velha matriz de Itu, erigida em 1679 com auxílio dos moradores, que de longa distância levavam à cabeça, em romaria, a terra de pedregulhos com que foram pilados os muros.³⁷ Não é difícil distinguir, em tais casos, uma sobrevivência de costumes reinóis, cuja implantação no Bra-

espanhol, que andou em 1782 no Rio de Janeiro, admirou-se dos progressos atingidos pelos nossos lapidários, prateiros e carpinteiros, observando que suas obras já tinham muita procura no Rio da Prata e poderiam constituir, com o tempo, apreciável fonte de riquezas. Spix e Martins, alguns decênios mais tarde, observam que, aos trabalhos dêsses artífices, não faltam gosto e dureabilidade.—"Diário de Juan Francisco de Aguirre", *Anales de la Biblioteca*, IV (Buenos Aires, 1905), pág. 101; Dr. J. B. von Spix e C. F. Ph. von Martins, *Reise in Brasilien*, I (Munique, 1833), pág. 133.

³⁵ Spix e Martins, *op. cit.*, I, 132.

³⁶ Ernesto Guilherme Young, "Esbôço histórico da fundação da cidade de Iguaçu", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, II (São Paulo, 1898), pág. 89.

³⁷ "Documentos Inditos", 4 *Esperança*, Itu, 27. III. 1867.

si data pelo menos dos tempos de Tomé de Sousa e da edificação da cidade do Salvador.

Outros costumes, como o do muxirô ou mutirão, em que os roceiros se socorrem uns aos outros nas derrubadas de mato, nos plantios, nas colheitas, na construção de casas, na fiação do algodão, teriam sido tomados de preferência ao genio da terra e fundam-se, ao que parece, na expectativa de auxilio recíproco, tanto quanto na excitação proporcionada pelas ceias, as danças, os descantes e os desafios que acompanham obrigatoriamente tais serviços. Se os homens se ajudam uns aos outros, notou um observador setecentista, fazem-no "mais animados do espírito da *caminha* do que do amor ao trabalho".³⁸ É evidente que explicações semelhantes são exatas apenas na medida em que patenteiam o que há de excêntrico e mais ostentoso na verdade: realismo do trago grosso e da caricatura.

Por outro lado, seria ilusório pretender relacionar a presença dessas formas de atividade coletiva a alguma tendência para a cooperação disciplinada e constante. De fato o alvo material do trabalho em comum importa muito menos, nestes casos, do que os sentimentos e inclinações que levam um indivíduo ou um grupo de indivíduos a socorrer o vizinho ou amigo precisado de assistência.

Para determinar o significado exato desse trabalho em comum seria preciso recorrer à distinção que recentes estudos antropológicos, depois de examinados e confrontados os padrões de comportamento de vários povos naturais, permitiram estabelecer entre a genuína "cooperação", e a "prestância" (*helpfulness*).³⁹ Distinção que se apresenta, de certo modo, à que investigações anteriores já tinham fixado entre "competição" e "rivalidade".

Tanto a competição como a cooperação são comportamentos orientados, embora de modo diverso, para um objetivo material comum: é, em primeiro lugar, sua relação com esse objetivo o que mantêm os indivíduos respectivamente separados ou unidos entre si. Na rivalidade, ao contrário, como na prestância, o objetivo material comum tem significação praticamente secundária; o que antes de tudo importa é o dano ou o benefício que uma das partes possa fazer à outra.

Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase

³⁸ *Documents Interessantes*, XLIV (São Paulo, 1915), pág. 196.

³⁹ Margaret Mead, *Cooperation and Competition among Primitive People* (Nova York, 1937), pág. 16.

sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vêzes precárias e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente.

A influência dos negros, não apenas como negros, mas ainda, e sobretudo, como escravos, essa população não tinha como oferecer obstáculos sérios. Uma suavidade dengosa e açucarada invade, desde cedo, todas as esferas da vida colonial. Nos próprios domínios da arte e da literatura ela encontra meios de exprimir-se, principalmente a partir do Setecentos e do Rococó. O gosto do exótico, da sensualidade brejeira, do chichispeísmo, dos caprichos sentimentais, parecem fornecer-lhe um providencial terreno de eleição, e permitem que, atravessando o oceano, vá existir-se em Lisboa, com os lundus e modinhas do mulato Caldas Barbosa:

Nós lá no Brasil

A nossa ternura

A açúcar nos sabe,

Tem muita doçura.

Oh! se tem! tem,

Tem um mel mui saboroso

E bem bom, é bem gostoso.

.....

Ah nãhã, venha escutar

Amor puro e verdadeiro,

Com preguiçosa doçura,

*Que é Amor de Brasileiro.*⁴⁰

Sinuosa até na violência, negadora de virtudes sociais, temporizadora e narcotizante de qualquer energia realmente produtiva, a "moral das senzalas" veio a imperar na administração, na economia e nas crenças religiosas dos homens do tempo. A própria criação do mundo teria sido entendida por eles como uma espécie de abandono, um languescimento de Deus.

O sucesso de um tipo de colonização como o dos holandeses poderia fundar-se, ao contrário, na organização de um sistema

⁴⁰ *Viola de Lereño*: Coleção das suas cantigas, oferecidas aos seus amigos, II (Lisboa, 1826), n.º 2, pág. 5 e seg.

eficiente de defesa para a sociedade dos conquistadores contra princípios tão dissolventes. Mas seria praticável entre nós semelhante sistema? O que faltava em plasticidade aos holandeses, sobra-lhes, sem dúvida, em espírito de empreendimento metódico e coordenado, em capacidade de trabalho e em coesão social. Apenas o tipo de colonos que eles nos puderam enviar, durante todo o tempo de seu domínio nas terras do nordeste brasileiro, era o menos adequado a um país em formação. Recrutados entre aventureiros de toda espécie, de todos os países da Europa, "homens cansados de perseguições", eles vinham apenas em busca de fortunas impossíveis, sem imaginar criar fortes raízes na terra.

O malôgro de várias experiências coloniais dos Países Baixos no continente americano, durante o século XVII, foi atribuído em parte, e talvez com justos motivos, à ausência, na mãe-pátria, de descontentamentos que impelissent à migração em larga escala. Esse malôgro representou, em realidade, conforme nota o historiador H. J. Priestley, o testemunho do bom êxito da República holandesa como comunidade nacional.⁴¹ E, com efeito, as condições econômico-políticas das Províncias Unidas tinham alcançado tamanho grau de prosperidade, após as lutas de independência, que nos escritórios da Companhia das Índias Ocidentais só se acumulavam, à procura de passagens, soldados licenciados, que tinham ficado sem lar em virtude da guerra dos 30 anos, os *germanorum profugi* de Barleus, pequenos artesãos, aprendizes, comerciantes (em parte judeus de ascendência portuguesa), taberneiros, mestres-escolas, mulheres do mundo e "outros tipos perdidos", informa-nos um pesquisador da história do Brasil Holandês. O exército da Companhia, que lutava em Pernambuco, constava principalmente de alemães, franceses, ingleses, irlandeses e neerlandeses.⁴²

Entre seus generais mais famosos, um era o fidalgo polonês Cristóvão Arciszewski, que fôra obrigado a deixar sua pátria,

⁴¹ Herbert J. Priestley, *The Coming of the White Man* (Nova York, 1930), pág. 297. É interessante confrontar esse ponto de vista com as sugestões que um ensaísta português, o Sr. António Sérgio, no prefácio que escreveu para o livro do Sr. Gilberto Freyre, *O Mundo que o Português criou* (Rio de Janeiro, 1940), apresenta para a vocação colonizadora de seus compatriotas. Acredita o Sr. António Sérgio que o mau condicionamento de Portugal para qualquer indústria básica obrigou-o desde cedo a procurar no mar e também no além-mar, o equilíbrio econômico que sua terra lhe regalava. Foi talvez no Brasil que os portugueses vieram encontrar, pela primeira vez, ambiente francamente propício a um desses gêneros de cultura agrária cujo valor é primordial para a sustentação da vida humana. Gêneros como tem sido o trigo, por exemplo, em todas as épocas e como foi particularmente o açúcar em nosso século XVII.

⁴² Hermann Wätjen, *Das holländische Kolonialreich in Brasilien* (Gotha, 1921), pág. 240.

onde, segundo consta, era perseguido devido às suas idéias socialistas e antijesuíticas, outro o alemão Sigismundo von Schkopff, sobre cujos antecedentes nada se sabe de certo até hoje.

População cosmopolita, instável, de caráter predominantemente urbano, essa gente ia apinhando-se no Recife ou na nascente Mauritsstad, que começava a crescer na ilha de António Vaz. Estimulando, assim, de modo prematuro, a divisão clássica entre o engenheiro e a cidade, entre o senhor rural e o mascote, divisão que encheria, mais tarde, quase toda a história pernambucana.

Esse progresso urbano era ocorrência nova na vida brasileira, e ocorrência que ajuda a melhor distinguir, um do outro, os processos colonizadores de "flamengos" e portugueses. Ao passo que em todo o resto do Brasil as cidades continuavam simples e pobres dependências dos domínios rurais, a metrópole pernambucana "vivia por si". Ostentavam-se nela palácios monumentais como o de Schoonzicht e o de Vrijburg. Seus parques opulentos abrigavam os exemplares mais vários da flora e da fauna indígenas. Nêles é que os sábios Piso e Maregrave iam encontrar à mão o material de que precisavam para a sua *Historia Naturalis Brasiliæ* e onde Franz Post se exercia em transport para a tela as cores magníficas da natureza tropical. Institutos científicos e culturais, obras de assistência de toda ordem e importantes organismos políticos e administrativos (basta dizer-se que em 1640 se reunia em Recife o primeiro *Parlamento* de que há notícia no hemisfério ocidental), davam à sede do governo da Nova Holanda um esplendor que a destacava singularmente no meio da miséria americana. Para completar o quadro, não faltavam sequer os aspectos escuros, tradicionais na vida urbana de todos os tempos: já em 1641, a zona do pórtico de Recife constitua, para alguns zelosos calvinistas, verdadeiro "antro de perdição".⁴³

Não há dúvida, porém, que o zelo animador dos holandeses na sua notável empresa colonial, só muito dificilmente transpunha os muros das cidades e não podia implantar-se na vida rural de nosso nordeste, sem desnaturalizá-la e perverter-se. Assim, a Nova Holanda exibia dois mundos distintos, duas zonas artificialmente

⁴³ Ao menos nesse ponto, os colonos da Nova Holanda não parecem ter sido de tempera muito diversa da dos povoadores do Brasil Português. Sabemos pelos velhos cronistas, pelas cartas jesuíticas e por outros documentos, inclusive e especialmente os da Primeira Viagem do Santo Ofício, em parte já publicados, até onde chegava a licença de costumes na população brasileira durante os séculos iniciais da colonização. O quadro que nos oferece Paulo Prado em seu *Retrato do Brasil* é bem eloquente a respeito. Corria na Europa, durante o século XVII, a crença de que aquém da linha do Equador não existe nenhum pecado: *Ultra equinoctialem non peccat*. Barleus, que menciona o ditado, comenta-o, dizendo: "Como se a linha que divide o mundo em dois hemisférios também separasse a virtude do vício".

te agregadas. O esforço dos conquistadores batavos limitou-se a erigir uma grandeza de fachada, que só aos incautos podia mascarar a verdadeira, a dura realidade económica em que se debatiam.

Seu empenho de fazer do Brasil uma extensão tropical da pátria europeia sucumbiu desastrosamente ante a inaptidão que mostraram para fundar a prosperidade da terra nas bases que lhe seriam naturais, como, bem ou mal, já o tinham feito os portugueses. Segundo todas as aparências, o bom êxito destes resultou justamente de não terem sabido ou podido manter a própria distinção com o mundo que vinham povoar. Sua fraqueza foi sua força.

Não pouparam esforços, os holandeses, para competir com seus predecessores na vida da lavoura. Apenas os elementos de que dispunham não se adaptavam a essa vida. Só um ou outro arrixeava-se a abandonar a cidade pelas plantações de cana. E, em 1636, os membros do Conselho Político, alarmados ante a perspectiva de ruína, por estarem em mãos de portugueses e sobretudo luso-brasileiros as grandes fontes de riqueza da Nova Holanda, pensaram resolver o problema, tentando importar numerosas famílias de lavradores da mãe-pátria. Seria esse o modo de se prevenirem contra os germes de futuras complicações. "Só quando tivermos numerosos filhos dos Países Baixos residindo entre os portugueses nos terrenos da lavoura é que estará assegurado nosso domínio sobre o elemento mais irrequieto da população", diziam o *Statthalter* e o Conselho ao Diretório da Companhia das Índias Ocidentais, em janeiro de 1638. Para isso reclamava-se com urgência, de Amsterdã, a remessa de mil a três mil camponeses. Mas esperou-se em vão. Os camponeses deixaram-se ficar, aferrados aos seus lares. Não os seduzia uma aventura que tinham boas razões para supor arriscada e duvidosa.⁴⁴

O insucesso da experiência holandesa no Brasil é, em verdade, mais uma justificativa para a opinião, hoje corrente entre alguns antropologistas, de que os europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais. O indivíduo isolado—observa uma autoridade no assunto—pode adaptar-se a tais regiões, mas a raça, essa decididamente não; à própria Europa do sul ela já não se adapta. Ao contrário do que sucedeu com os holandeses, o português entrou em contato íntimo e freqüente com a população de côr. Mais do que nenhum outro povo da Europa, cedia com docilidade ao prestígio comunicativo dos costumes, da linguagem e das seitas dos indígenas e negros. Americanizava-se ou africa-

nizava-se, conforme fôsse preciso. Tornava-se negro, segundo expressão consagrada da costa da África.⁴⁵

A própria língua portuguesa parece ter encontrado, em confronto com a holandesa, disposição particularmente simpática em muitos desses homens rudes. Aquela observação, formulada séculos depois por um Martius, de que, para nossos índios, os idiomas nórdicos apresentam dificuldades fonéticas praticamente insuperáveis, ao passo que o português, como o castelhano, lhes é muito mais acessível,⁴⁶ puderam fazê-la bem cedo os invasores. Os missionários protestantes, vindos em sua companhia, logo perceberam que o uso da língua neerlandesa na instrução religiosa prometia escasso êxito, não só entre os africanos como entre o gentio da terra. Os prêtres velhos, esses positivamente não o aprendiam nunca. O português, ao contrário, era perfeitamente familiar a muitos deles. A experiência demonstrou, ao cabo, que seu emprego em sermões e prédicas dava resultados mais compensadores.⁴⁷ E assim serviram-se, às vezes, do idioma dos vencidos no trato com os prêtres e os naturais da terra, quase como os jesuitas se serviam da língua-geral para catequizar índios, mesmo tapuias. Importante, além disso, é que, ao oposto do catolicismo, a religião reformada, trazida pelos invasores, não oferecia nenhuma espécie de exaltação aos sentidos ou à imaginação dessa gente, e assim não proporcionava nenhum terreno de transição por onde sua religiosidade pudesse acomodar-se aos ideais cristãos.

Desses calvinistas holandeses é impossível dizer-se, como se disse, por exemplo, dos puritanos da América do Norte, que, amados pela inspiração bíblica, se sentiam identificados com o povo de Israel a ponto de assimilarem os indivíduos de outra casta, de outro credo e de outra côr, estabelecidos na Nova Holanda, aos cananeus do Antigo Testamento que o Senhor entregara à raça eleita para serem destruídos e subjugados.⁴⁸ É bem notório, ao contrário, que não faltaram entre eles esforços constantes para chamar a si os prêtres e indígenas do país, e que esses esforços foram, em grande parte, bem sucedidos. O que parece

⁴⁵ Eugen Fischer, *Rasse und Entstehung beim Menschen* (Berlin, 1927), pág. 32. Cf. também A. Grenfell Price, *White Settlers in the Tropics* (Nova York, 1939), pág. 177.

⁴⁶ Spix e Martius, *op. cit.*, pág. 387.

⁴⁷ Hermann Wätjen, *op. cit.*, pág. 224.

⁴⁸ A tese das origens especificamente protestantes dos modernos preconceitos raciais é, em última análise, das teorias raciais e atualmente sem aceitar totalmente os pontos de vista e as conclusões do autor, pode-se admitir que a circunstância de esse preconceito racial ser hoje mais atuante entre povos protestantes não é de modo algum fortuita ou independente de alguns dos fatores que encaminham os mesmos povos, em determinado período de sua história, a abraçar a Reforma.—Arnold Toynbee, *A Study of History*, I (Londres, 1935), pág. 211-27.

⁴⁴ Hermann Wätjen, *op. cit.*, pág. 240.

ter faltado em tais contatos foi a simpatia transigente e comunitativa que a Igreja Católica, sem dúvida mais universalista ou menos exclusivista do que o protestantismo, sabe infundir nos homens, ainda quando as relações existentes entre eles nada tenham, na aparência, de impecáveis.

Por isso mesmo não parecem ter conseguido, para sua fé, tantos prosélitos, ou tão dedicados, como os conseguiam, sem excessivo trabalho, os portugueses, para a religião católica. Disso foram testemunhas alguns colonizadores das Antilhas, aos quais os holandeses estabelecidos no Brasil iam vender índios apriados e escravizados. "É fácil—diz um depoimento da época—distinguirem-se os que foram convertidos à fé pelos portugueses daqueles que permaneceram no Recife com os holandeses, pela piedade e devoção que mostram nas igrejas, pela sua assiduidade ao serviço divino e pelo seu exterior, muito mais recatado e modesto".⁴⁹

A essas inestimáveis vantagens acrescenta-se ainda, em favor dos portugueses, a já aludida ausência, nêles, de qualquer orgulho de raça. Em resultado de tudo isso, a mestiçagem que representou, certamente, notável elemento de fixação ao meio tropical, não constituiu, na América Portuguesa, fenômeno esporádico, mas, ao contrário, processo normal. Foi, em parte, graças a esse processo que eles puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sua.

NOTA AO CAPÍTULO II

PÁG. 21.—PERSISTÊNCIA DA LAVOURA DE TIPO PRÉDATORIO.

É significativo o testemunho de um observador norte-americano, R. Cleary que, durante os últimos vinte e poucos anos da monarquia brasileira, exerceu sua profissão de médico em Lajes, Santa Catarina, tendo imigrado em consequência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos. Em obra ainda inédita, cujos manuscritos se encontram na Library of Congress, em Washington, oferece Cleary o seguinte depoimento acerca dos colonos alemães em São Leopoldo que, afirma, nada trouxeram de novo ao país adotivo e se limitaram a plantar o que os brasileiros já plantavam e do mesmo modo, primitivo e grosseiro:

"Conheci um irlandês em Porto Alegre (...) que tentou introduzir o uso geral do arado entre os alemães. Não obteve o menor resultado, pois os colonos preferiam recorrer a enxada ou pás e, na grande maioria dos casos, a simples cavadeiras de pau, com o que abriam covas para as sementes. Este último pormenor requer

explicação: nossos próprios trabalhadores rurais ficavam sem dúvida estarecidos se eu lhes disser que a lavoura aqui é feita, em geral, com o auxílio de enxada, mais raramente de pás—e isso mesmo onde o lavrador é suficientemente esclarecido para resistir ao hábito corrente, que consiste em fazer abrir as covas com auxílio de um simples pedaço de pau, a fim de nelas se colocarem as sementes. É verdade, como acima se disse, que alguns, muito poucos, se socorrem de pás; estas, porém, não passam de pobres sucedâneos para o grande símbolo da civilização, a última palavra de Tubalcain (o salvador do mundo) que é o arado".⁵⁰

Dé então para cá, a aquisição de técnicas superiores, equivalente a uma subversão dos processos herdados dos antigos naturais da terra, não caminhou na progressão que seria para desejar. Pode-se dizer que o desenvolvimento técnico visou, em geral, muito menos a aumentar a produtividade do solo do que a economizar esforços.

Por outro lado, é inegável, entretanto, que, vencida a etapa inicial e pioneira, onde aqueles processos primitivos se apresentam quase como uma fatalidade, os descendentes dos colonos alemães ou italianos se mostraram, em regra, mais bem dispostos do que os lusobrasileiros a acolher as formas de agricultura intensiva fundadas sobre métodos aperfeiçoados.

Essas observações colocam-nos em face de um problema que toca de perto a matéria aqui tratada. Por que motivo, no Brasil, como alias em toda a América Latina, os colonizadores europeus retrocederam, geralmente, da lavoura de arado para a de enxada, quando não se conformaram simplesmente aos primitivos processos dos indígenas?

No curso do presente trabalho procurou-se indicar como à escassa disposição dos imigrantes ibéricos para as lides agrícolas se deve, em grande parte, semelhante situação. Mas o fato de os colonos europeus de outras procedências não se mostrarem, apesar de tudo, muito mais progressistas nesse particular, do que os portugueses e espanhóis, indica que, ao lado do motivo mencionado, deveriam militar no sentido de atual regressão, outros e ponderáveis fatores. O assunto constituiu objeto de um cuidadoso inquérito do Dr. Herbert Wilhelm que, publicado na Alemanha durante os anos da guerra, não chegou a encontrar a repercussão merecida.⁵¹

Mostra-se nesse trabalho como o recurso às queimadas deve parecer aos colonos estabelecidos em mata virgem, de uma tão patente necessidade que não lhes ocorre, sequer, a lembrança de outros métodos de desbravamento. Parece-lhes que a produtividade do

⁴⁹ *Ordnung Lajians, or a Record of Facts and Observations on Manners and Customs in South Brazil, extracted from notes taken on the spot, during a period of more than twenty years, by R. Cleary A. M. ... M. D., Lajes, 1886 MS.*, da Library of Congress. Washington, D. C., II, 5 e seg.; Dr. Hans Porzelt, *op. cit.*, pág. 23 n.

⁵¹ Herbert Wilhelm, "Probleme der Urwaldkolonisation in Südamerika", *Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin* números 7 e 8 (Berlim, X, 1940), págs. 303-314. Prof. Dr. Karl Sapper, *Die Erntungs- und Wirtschaft der Erde und ihre Zukunftsaussichten für die Menschheit* (Stuttgart, 1939), pág. 85.